DECRETO N° 34289, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

**INSTITUI A CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL DOS
PROCURADORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de Betim, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao que dispõe a Lei N° 5.459, de 27 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituída a carteira de identidade funcional dos membros da carreira jurídica exclusiva de Estado da Procuradoria-Geral do Município de Betim, nos termos dos arts. 28 a 30 da Lei Municipal N° 5459, de 27 de fevereiro de 2013.

Parágrafo único - O exercício do cargo de Procurador Municipal, com todas as prerrogativas que lhe são atribuídas pela Lei Municipal N° 5459, para o desempenho de sua função institucional, é comprovado mediante a apresentação da carteira funcional prevista neste Decreto, a qual valerá como documento de identidade e terá fé pública em todo território nacional.

Art. 2° - A carteira funcional dos Procuradores Municipais será expedida e controlada pela Procuradoria-Geral do Município, de acordo com as seguintes características relativas à sua confecção e formatação no verso e anverso:

I - cédula retangular de 86mm x 54mm, material PVC, com frente e verso colorido; com fundo na cor azul (C:40 M:0 Y:2 K:0).

II - impressão dos caracteres na cor preta;

III - o brasão do Município colorido.

§1° O anverso conterá:

I - a expressão "TEM FÉ PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL", na parte superior, centralizada em caixa alta, em moldura de fundo azul (C:90, M:75, Y:0, K:0), na cor branca;

II - a expressão "PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO", abaixo da expressão contida no inciso I deste parágrafo, centralizada em caixa alta, na cor preta;

III - a expressão "BETIM-MG", abaixo da expressão contida no inciso II deste parágrafo, centralizada em caixa alta, na cor preta;

IV - o brasão do Município na parte superior, à esquerda;

V - fotografia 2,5x2,0 digitalizada, à esquerda, abaixo do brasão do Município;

VI - ao lado da foto:

a) o nome e a função do titular da carteira funcional;

b) o número da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

c) a data de nascimento;

d) o número da matrícula funcional;

e) a assinatura digitalizada do titular da carteira funcional, com a seguinte expressão: "ASSINATURA DO PORTADOR";

VII - no canto inferior direito:

a) a data de expedição.

§2º O verso conterá:

I - o brasão do Município colorido, na parte superior, à direita;

II - a expressão "PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO", na parte superior, centralizada em caixa alta, na cor preta;

III - a expressão "BETIM-MG", abaixo da expressão contida no inciso II deste parágrafo, centralizada em caixa alta, na cor preta;

IV - à esquerda:

a) o nome do titular;

b) a filiação do titular;

c) a naturalidade do titular;

d) o número da identidade civil, órgão emissor e unidade federativa;

e) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF.

f) a assinatura digitalizada do Procurador-Geral do Município.

V - ao lado, à direita, abaixo do brasão do Município, conterá:

a) o enunciado: "O Prefeito Municipal de Betim faz constar às autoridades civis e militares que o portador desta exerce o cargo de Procurador do Município, solicitando todo o apoio e auxílio que, no cumprimento dos seus deveres, possa precisar ou venha requisitar";

b) a referência da Lei Municipal nº 5459/13;

c) a referência deste Decreto;

d) a assinatura digitalizada do Prefeito.

Art. 3º - A aposentadoria, exoneração, demissão ou qualquer forma de cessação do exercício do cargo público torna nula, de pleno direito, a carteira de identidade funcional expedida.

§ 1º - Obriga-se o portador da carteira de identidade funcional, nos casos acima, com exceção da aposentadoria, a restituí-la ao Procurador-Geral, sob as penas da Lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da confecção da Carteira de Identidade Funcional correrão por conta dos próprios Procuradores Municipais lotados na Procuradoria--Geral do Município.

Art. 5º - O controle de horário de trabalho dos Procuradores Municipais, cuja atividade intelectual exige jornada externa e flexibilidade, ocorrerá por meio de folha de ponto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Betim, 11 de março de 2013.

Carlaile Jesus Pedrosa
Prefeito Municipal

Lucas Cruz Neves
Procurador-Geral do Município